

A vez dos eleitos: religião e discurso conservador nas eleições municipais do Rio de Janeiro

Paulo Gracino Junior ¹
Gabriel Silva Rezende ²

DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhranpuh.v13i38.52641>

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar a eleição para a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro em 2016, avaliando a preponderância do fator religioso e das pautas morais para a eleição do bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e ex-senador, Marcelo Crivella. Neste sentido, destacaremos a capacidade de articulação política dos grupos religiosos envolvidos no pleito, sobretudo da IURD e, posteriormente, avaliaremos diacronicamente as eleições executivas cariocas disputadas por Crivella entre 2004 e 2016, quando foi finalmente eleito. Partimos da hipótese de que o sucesso eleitoral de 2016 se deveu a uma conjunção que extrapola a questão religiosa, envolvendo aspectos sociais, políticos e econômicos, que incidiram sobre Brasil e, de forma aguda, sobre a capital fluminense. Dessa forma, acreditamos que a vitória de Crivella, ainda que tenha se dado em um espaço mais conjuntural do que estrutural – em que se somam o desgaste do PMDB carioca, após sucessivos escândalos de corrupção, o afastamento da presidenta Dilma Rousseff, o progressivo avanço conservador e retração das esquerdas –, pode apresentar-se como uma tônica para as eleições majoritárias futuras, nas quais candidatos prescindem do domínio da parcela majoritária do eleitorado, contando com uma minoria coesa, organizada em oposição a outros grupos vistos como inimigos e em meio a um cenário de desmobilização de extensas fatias do eleitorado.

Palavras-chave: Pentecostais; Eleições Executivas; Comportamento Eleitoral; Rio de Janeiro.

The turn of the elected: religion and conservative discourse in the municipal elections in Rio de Janeiro

Abstract: This paper aims to analyze the election for the city hall of the city of Rio de Janeiro in 2016, evaluating the preponderance of the religious factor and the moral

¹ Paulo Gracino Júnior é pós-Doutor em Sociologia (UFRJ) e professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) da Universidade Cândido Mendes (UCAM). E-mail: paulogracino@iuperj.br.

² Gabriel Silva Rezende é Doutorando em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e mestre em Sociologia Política pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) da Universidade Cândido Mendes (UCAM). E-mail: gabrielsrezende@hotmail.com.

guidelines for the election of the licensed bishop of the Universal Church of the Kingdom of God (IURD) and former senator, Marcelo Crivella. In this sense, we will highlight the capacity for political articulation of the religious groups involved in the election, above all, of the IURD and, later, we will evaluate diacronically the Rio executive elections disputed by Crivella between 2004 and 2016, when he was finally elected. We started from the hypothesis that the electoral success of 2016 was due to a conjunction that extrapolates the religious issue, involving social, political and economic aspects, which affected Brazil and, acutely, the capital of Rio de Janeiro. In this way, we believe that Crivella's victory, even though it took place in a more conjunctural than structural space, in which the wear and tear of the Rio de Janeiro PMDB is added, after successive corruption scandals, the removal of President Dilma Rousseff, the progressive conservative advance and left-wing retraction, can present itself as a keynote for future majoritarian elections, in which candidates dispense with the dominance of the majority of the electorate, with a cohesive minority, organized in opposition to other groups seen as enemies and amidst a scenario of demobilization of large sections of the electorate.

Keywords: Pentecostals; Executive Elections; Electoral Behavior; Rio de Janeiro.

El turno de los elegidos: religión y discurso conservador en las elecciones municipales de Rio de Janeiro

Resumen: El presente trabajo tiene como objetivo analizar la elección de la ciudad de Rio de Janeiro en 2016, evaluando la preponderancia del factor religioso y las directrices morales para la elección del obispo licenciado de la Iglesia Universal del Reino de Dios y ex senador, Marcelo Crivella. En este sentido, destacaremos la capacidad de la articulación política de los grupos religiosos implicados en el alegato, especialmente la Iglesia Universal, y más tarde evaluaremos diacrónicamente las elecciones ejecutivas de Rio de Janeiro disputadas por Crivella entre 2004 y 2016, cuando finalmente fue elegido. Partimos de la hipótesis de que el éxito electoral en 2016 se debió a una conjunción que extrapola la cuestión religiosa, involucrando aspectos sociales, políticos y económicos, que se centró en Brasil y, de forma aguda, en la capital de Rio de Janeiro. Así, creemos que la victoria de Crivella, aunque se produjo en un espacio más coyuntural que estructural - en el que se añade el desgaste del Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB) en la capital de Rio de Janeiro, tras sucesivos escándalos de corrupción, la destitución de la presidenta Dilma Rousseff, el avance y retroceso conservador progresivo de la izquierda -, puede presentarse como un tónico para futuras elecciones mayoritarias, en las que los candidatos prescinden del dominio de la porción mayoritaria del electorado, con una minoría cohesiva, organizada en oposición a otros grupos considerados como enemigos y en medio de un escenario de desmovilización de grandes partes del electorado.

Palavras clave: Pentecostais; Elecciones Ejecutivas; Comportamiento Electoral; Rio de Janeiro.

Recebido em 15/03/2020 - Aprovado em 20/05/2020

1. *Considerações Iniciais*

Este trabalho analisa a eleição para a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro em 2016, avaliando a preponderância do fator religioso e das pautas morais para a eleição do bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e ex-senador, Marcelo Crivella. Neste sentido, consideraremos a capacidade de articulação política dos grupos religiosos envolvidos no pleito, sobretudo da IURD e, posteriormente, avaliaremos diacronicamente as eleições executivas cariocas disputadas por Crivella entre 2004 e 2016, quando foi finalmente eleito.

Os dados analisados nos permitem afirmar que, embora o sucesso eleitoral de Crivella em 2016 extrapole a questão religiosa, envolvendo aspectos sócio-políticos que incidiram sobre o Brasil e, de forma aguda, sobre a capital fluminense, o discurso de fundo religioso serviu como elemento mobilizador de afetos (Mouffe, 2015), traduzidos em adesão eleitoral ao candidato. Dessa forma, a vitória de Crivella, ainda que tenha se dado em um espaço mais conjuntural do que estrutural – no qual se somam o desgaste do PMDB carioca, após sucessivos escândalos de corrupção, a destituição da presidenta Dilma Rousseff, o progressivo avanço conservador e retração das esquerdas – pode se tornar uma tendência para as eleições majoritárias futuras³. Neste novo cenário, candidaturas ao executivo prescindem da adesão da maioria do eleitorado, bastando a mobilização de uma parcela coesa e adimplente eleitoralmente, frente a um cenário de desmobilização de extensas fatias do eleitorado.

Neste ponto, o caso em tela – marcado por um cenário em que elites políticas tradicionais se alternam no domínio da cena política, controlando diversos segmentos da vida pública durante décadas, somado a altas taxas de desigualdade e serviços públicos deficitários–, assemelha-se sobremaneira ao modelo proposto por Chantal Mouffe, em *Sobre o Político* (2015) para compreender a ascensão do populismo de direita em diversos países europeus parece-nos bastante apropriado para interpretar. Além disso, o ocaso do Rio de Janeiro após a Copa e as Olimpíadas aguçou o sentimento de frustração em uma população que já se via alijada do sonho dourado da “cidade maravilhosa”, oferecendo um chão fértil para um político que apela para afetos e afirma que vai “cuidar das pessoas”⁴. Crivella mobiliza seu eleitorado lançando mão de uma pseudo soberania popular, constituindo sua base a partir de um “nós” formado pelos cariocas excluídos da “grande política”, cidadãos de bem, honestos e tementes a deus, frente a um “eles” composto pelos ocupantes do poder, grandes empresários, cidadãos de “primeira classe”

³ Ainda que não seja alvo de nossas atenções neste artigo, a Eleição Presidencial de 2018 parece ter seguido o mesmo modelo.

⁴ Slogan da Campanha de Crivella de 2016.

da Zona Sul, intelectuais e, principalmente, partidos de esquerda. Acreditamos que o modelo proposto por Chantal Mouffe (2015) para compreender a ascensão do populismo de direita em alguns países da Europa seja pródigo para nosso argumento aqui, pois revela contornos muito semelhantes ao caso em tela, marcado por um cenário em que elites políticas tradicionais se alternam no domínio da cena política, controlando diversos segmentos da vida pública durante décadas, tentando acomodar os antagonismos sociais –afiorados principalmente após abertura democrática da década de 1980–, em consensos não conflitantes, no que tivemos como ponto alto o Governo Lula, que Singer (2012) denominou pacto conservador e reformismo fraco. A estes aspectos mais gerais, somaram-se aspectos conjunturais, que reuniam o ocaso vivido pelo país decorrente da derrocada econômica após o “milagrinho brasileiro” (CARVALHO, 2018), o fracasso futebolístico na Copa de 2014 e as contestações das obras das Olimpíadas de 2016, aguçando o sentimento de frustração em uma população que já se via alijada do sonho dourado “do país do futuro”. Tais ingredientes oferecendo um chão fértil para um político que apela para afetos e afirma que vai “cuidar das pessoas”. Crivella mobiliza seu eleitorado lançando mão de uma pseudo soberania popular, constituindo sua base a partir de um “nós” formado pelos cariocas excluídos da “grande política”, cidadãos de bem, honestos e tementes a deus, frente a um “eles” composto pelos ocupantes do poder, grandes empresários, cidadãos de “primeira classe” da Zona Sul, intelectuais e, principalmente, partidos de esquerda.

Neste sentido, é interessante notar que Crivella, nos debates, praticamente elege o candidato Marcelo Freixo do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) como adversário ideal no segundo turno. Como veremos mais adiante, Freixo acabou se tornando o adversário perfeito, não só por sua parca penetração nos setores populares e na Zona Oeste, principal contingente eleitoral da cidade, mas por se apresentar como verdadeiro antípoda do discurso moral-religioso de Crivella. A partir do confronto no segundo turno com o candidato do PSOL, as principais bandeiras da campanha de Crivella ficaram mais vívidas, tanto as de ordem moral quanto as *anti-establishment*, que se misturavam e se fundiam no discurso popular, em que o PSOL era visto como um partido da Zona Sul, ligado à elite intelectual, que defende bandeiras como direitos humanos, liberdade sexual e igualdade de gênero, vistas ao mesmo tempo como ameaça e demiurgo do caos instaurado na cidade.

Para levar adiante nossas pretensões neste artigo, lançamos mão tanto da literatura sobre o tema religião e política quanto dos dados qualitativos e quantitativos referentes aos pleitos analisados. Neste sentido, subdividimos o artigo em 3 seções, além das considerações iniciais: na primeira, analisaremos a inserção da IURD na arena política, bem como o surgimento de Marcelo Crivella como candidato da Igreja; na

segunda – tópico 3 - fazemos uma análise da conjuntura da cidade do Rio de Janeiro que permitiu, segundo nossa argumentação, a ascensão e eleição de Crivella; por fim, analisamos, a partir de dados eleitorais, a estratificação dos votos que Crivella teve nos pleitos em que tomou parte, até ser eleito prefeito em 2016.

2. *Crivella e a IURD: estratégias políticas e dinâmica eleitoral*

A literatura sobre a IURD (FREESTON, 2000; ORO, 2003) é unânime em apontar que o seu sucesso eleitoral decorre de um modo próprio de fazer política, pensado ainda na década de 1970 (1977) para a cidade e o estado do Rio de Janeiro, mas que virou plataforma nacional após 1997. Trata-se de um modelo corporativo de “candidatura oficial”, cujo número dos que pleiteiam cargos eletivos depende do potencial eleitoral de que dispõe a igreja em cada região. Neste modelo, a IURD recorria a um levantamento regionalizado de seus membros/fiéis que são eleitores e transmitia os dados para os bispos que, deste modo, deliberavam quantos candidatos deveriam lançar em cada município ou Estado, obedecendo a lógica do tipo de eleição, baseados no quociente eleitoral dos partidos e no número de eleitores das igrejas. Após a escolha desses candidatos/representantes da igreja, são usados cultos, concentrações em massa e a própria mídia da IURD (televisão, rádios e jornais como a Folha Universal) para fazer publicidade em favor do candidato.

Outro fator estratégico que estimula a participação de membros/fiéis iurdianos na política, segundo Oro (2003), é o “carisma institucional” que legitima as determinações políticas das lideranças da IURD, escolhendo os candidatos a cargos eletivos com o apoio da igreja. Este fato revela a força da hierarquia institucional, ou seja, uma centralização em que a denominação define os indivíduos que poderão concorrer nas eleições, logo, os candidatos “representantes da igreja”.

A IURD distribuía seus candidatos em diferentes agremiações usando como parâmetro o quociente eleitoral dos partidos, tal expediente, além de aumentar consideravelmente as chances de eleição, possibilitava à igreja maior alcançar o maior grau de barganha política. Neste sentido, é de se notar que, em muitos casos, os interesses da igreja se sobrepujam aos da legenda partidária, em sua maioria extremamente fisiológicas (ORO, 2006, p.121). Este modelo foi adotado até meados dos anos 2000 (2005), sendo o Partido Liberal (PL) a sigla que concentrava a maioria das candidaturas ao legislativo da IURD.

No entanto, os sucessivos escândalos de corrupção abalaram fortemente tanto o Partido Liberal, quanto algumas lideranças da IURD na Câmara dos Deputados, com destaque para o influente Bispo Rodrigues (Carlos Rodrigues), que renunciou o mandato

em setembro de 2005, após denúncias de envolvimento no “Esquema do Mensalão”⁵. Tal cenário levou a cúpula da IURD a centrar suas forças no recém criado Partido Municipalista Renovador (PMR), fundado em 2003 e que, após receber como filiado o então vice-presidente da República José Alencar, alterou sua denominação para Partido Republicano Brasileiro (PRB). O sociólogo André Ricardo de Souza (2010) descreve que a nova legenda teria sido criada para atender aos interesses da Igreja Universal, especialmente aos de Marcelo Crivella e de seu tio, o Bispo Edir Macedo.

2.1 O bispo e a política

Marcelo Bezerra Crivella é natural do Rio de Janeiro e foi peça chave para a implementação da Igreja Universal na África do Sul. Formado em engenharia, bispo, cantor e compositor de música gospel, tornou-se um dos líderes evangélicos mais conhecidos no Brasil nos anos de 1990 através do estratégico Projeto Nordeste, implementado no sertão da Bahia. O projeto apresentava a possibilidade de desenvolver o sertão através de processos alternativos à irrigação, ou seja, realizando atividades de assistência social na Fazenda Canaã.

Assim, a Fazenda Canaã surgia como uma plataforma estratégica, capaz de nacionalizar o nome de Crivella como um político viável. Joanildo Burity (2006) observa que o diferencial da IURD é atuar como sujeito político calculador, ao analisar, planejar e executar um projeto de transformação de seu crescimento numérico, poderio financeiro e midiático e carisma em representação política, promovendo um credenciamento de interlocução direta com o Estado.

Segundo Machado (2006), o resultado do Projeto Nordeste⁶ é capitalizado pela IURD, o que a viabiliza como parceira confiável das agências públicas, imagem reforçada tanto em propagandas televisivas, quanto em jornais e panfletos ligados própria igreja, nos quais podia-se ver o seguinte jargão: “Se deu certo no sertão, vai dar certo no Rio”. Tal contexto contribuiu para que o candidato ao Senado fosse reconhecido, expressando uma estratégia dos dirigentes da IURD de apostar no engajamento do bispo Crivella nas atividades de assistência como as implementadas no sertão, todavia sem ressaltar sua identidade evangélica, tão pouco seu posto hierárquico na igreja (REZENDE, 2019;

⁵ <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/bispo-rodrigues-renuncia-ao-mandato/>. Acessado: 30/11/2017.

⁶ Projeto Nordeste, conforme apontam Mariano e Schembida (2009), foi propagandeado como “o primeiro kibutz brasileiro implantado com a supervisão de técnicos israelenses” e realizado como um mix de empreendimento social e religioso, constituiu a principal bandeira eleitoral de sua campanha para o Senado Federal em 2002. O projeto compreende a Fazenda Nova Canaã, na cidade de Irecê, Bahia, e de acordo com Crivella, foi possível graças ao repasse integral dos recursos da venda de seus CDs.

2017). Desta forma, Crivella, então filiado ao PL, concorre ao Senado Federal pelo Rio de Janeiro em 2002, tornando-se senador ao receber 3.243.289 votos, ou seja, 21,6% dos votos válidos para o senado (MACHADO, 2006).

Ainda é interessante observar que já na campanha de 2002, o vínculo de Crivella com Igreja Universal como bispo licenciado, seu parentesco com Edir Macedo e o fato de ter como suplentes pessoas ligadas à Universal foram fortemente explorados como componentes para os ataques de candidatos rivais feitos no horário eleitoral, vocalizados pela própria imprensa local. Os candidatos oponentes⁷, invariavelmente, questionaram a legitimidade de sua candidatura, desqualificando-o para o posto de senador, acusando-o, dentre outras coisas, de misturar religião com política e de explorar a fé dos pobres (MARIANO; SCHEMBIDA, 2009).

Em 2004, Crivella disputou a prefeitura do Rio de Janeiro como um forte candidato atrelado às obras sociais, com uma campanha semelhante à de 2002, mas acabou ficando em segundo lugar com 21.83% dos votos válidos (753.189 votos), saindo vencedor em primeiro turno Cesar Maia com 50,1% dos votos. Já em 2006, após o escândalo do mensalão atingir seu partido, saiu da legenda e se filiou ao PRB para disputar o governo fluminense, contando com apoio do presidente Lula, em detrimento do candidato do próprio Partido dos Trabalhadores (PT), Vladimir Palmeira. Neste pleito, com apenas 45 segundos de propaganda gratuita na televisão, Crivella conseguiu chegar em terceiro lugar, com 1.531.431 votos, o que indica a fidelização eleitoral conseguida pela IURD à medida que a igreja se legitimava publicamente.

Outro escândalo abalou a candidatura de Crivella, o Escândalo das Sanguessugas⁸, cuja a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), no final de agosto de 2006, recomendou a cassação de 72 parlamentares, entre os quais 27 evangélicos, sendo que 14 dos 16 deputados federais da Igreja Universal, por envolvimento no escândalo, responsável por fraudes e superfaturamento na licitação de ambulâncias destinadas a prefeituras. Como frisa Mariano (2009, p. 91): “por sua magnitude e pelo estardalhaço que provocou na mídia e na opinião pública, as denúncias explodiram como uma bomba de fragmentação na campanha eleitoral dos candidatos da Universal ao legislativo, rebentando estilhaços para todos os lados”.

Depois de perder duas eleições executivas consecutivas e de reconhecer que, nas

⁷ Os ataques partiram principalmente dos candidatos Carlos Luppi (PDT – Partido Democrático Trabalhista), Artur da Távola (PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira) e Leonel Brizola (PDT), segundo Mariano e Schembida (2009).

⁸ Em maio de 2006, a Polícia Federal descobriu o esquema de fraude em licitações para compra de ambulâncias com verba do Ministério da Saúde, por isso, também ficou conhecida como “máfia das

campanhas anteriores, “era um novato isolado e menos preparado”, Crivella começou a corrida eleitoral para a prefeitura carioca, em 2008, em primeiro lugar nas pesquisas eleitorais. Em março, segundo o Datafolha, ocupava a liderança com 20% das intenções de voto, seguido, por Jandira Feghali (PC do B – Partido Comunista do Brasil), Eduardo Paes (PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e Fernando Gabeira (PV – Partido Verde). Contudo, tinha o maior índice de rejeição (28%) de todos os candidatos, rejeição que se ampliaria ao longo da campanha, quando Crivella aglutinou a militância de grupos homossexuais e feministas contra sua candidatura, ao declarar que Gabeira “defende aborto, homem com homem e maconha” (MARIANO; SCHEMBIDA, 2009).

Apesar disso, continuou com apoio de Lula e do vice-presidente José Alencar, manteve-se líder nas pesquisas de intenção de voto, todavia, teve seu potencial arrefecido na disputa devido a uma grande controvérsia com o projeto Cimento Social⁹.

Ainda em 2008, para aumentar sua base eleitoral (seu teto eleitoral ao longo da campanha) e diminuir seus índices de rejeição, Crivella tentou dissociar sua imagem política da Igreja Universal e aplacar os temores sobre eventual concessão de privilégios aos evangélicos e possível discriminação aos católicos e seus opositores. Todavia, a oposição à sua candidatura aumentou. Entre seus adversários constavam seus rivais políticos imediatos, órgãos de imprensa, grupos feministas, homossexuais, religiosos e blogs. A essência das acusações e resistências à sua candidatura repousava sobre a convergência de suas identidades religiosa e política. Crivella, segundo Mariano e Schembida (2009), foi acusado de fazer parte de uma seita intolerante, de ser homofóbico, de instrumentalizar eleitoralmente seu rebanho religioso, de pretender transformar o Estado em veículo de pregação religiosa.

ambulâncias”. Mais informações em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,entenda-o-escandalo-dos-sanguessugas,20061211p60113>>. Acessado: 30/11/2017.

⁹ O “cimento social”, de acordo com Souza (2010), tratava-se de uma cooperação técnica entre os ministérios da Cidade e da Defesa que liberou 13,9 milhões de reais entre 2007 e 2008, em que o Exército foi incumbido para atuar como mão-de-obra e proteção para as obras. O projeto previa a recuperação de 782 casas em uma área da favela da Providência (centro do Rio de Janeiro), simbolicamente escolhida por ter sido a primeira favela do Brasil. As obras, que começaram em dezembro de 2007, e inicialmente ficariam sob responsabilidade do Exército, foram terceirizadas para a construtora Edil (Souza, 2010, p. 41). Em 14 de junho de 2007 um tenente, um sargento, um soldado e mais 8 soldados cúmplices, entregaram três rapazes - de 17, 19 e 24 anos - do morro da Providência a traficantes do vizinho morro da Mineira, dominado por facção criminosa rival. Esses rapazes foram torturados e mortos, fato que causou indignação, protestos dos moradores e o embargo da justiça carioca. Em síntese, no desenrolar dos acontecimentos Crivella perdeu um trunfo da sua campanha eleitoral, com esse programa de assistência social, embora tenha se mantido um candidato bastante forte.

Neste contexto, em 2008, Crivella alcançou 625.237 (19%) votos, sendo ultrapassado pelo candidato Eduardo Paes (PMDB), ficando em terceiro lugar. Tal pleito foi considerado uma grande derrota política para Crivella e para a Igreja Universal (SOUZA, 2010). Portanto, Crivella perdeu a acirrada disputa para Gabeira (25,61%) pelo segundo lugar, fruto do voto útil do eleitorado mais abastado e de maior escolaridade em Gabeira, o que impediria Crivella de chegar ao governo do Rio de Janeiro (Mariano, 2009). Mariano ainda ressalta a preponderância do fator religioso nas eleições daquele ano mostrada pela pesquisa da Folha de São Paulo de 3 de outubro de 2008¹⁰, ou seja, três dias antes do pleito, que mostrava uma enorme clivagem religiosa no eleitorado carioca: Crivella, tinha 45% dos votos dos pentecostais e 36% dos protestantes, mas somente 8% dos católicos, 6% dos umbandistas e 3% dos espíritas.

Em 2010, Crivella se candidata novamente ao Senado e é eleito juntamente com Lindberg Farias (PT). O petista conquistou 4.213.749 votos, o equivalente a 28,65% dos votos válidos, enquanto Crivella recebeu 3.332.886 votos, o equivalente a 22,66% dos votos válidos. Disputa novamente o governo fluminense em 2014: no primeiro turno teve como principais oponentes, o também evangélico Anthony Garotinho do Partido Republicano (PR) e Luiz Fernando Pezão (PMDB), sendo que Pezão obteve 40,57% dos votos válidos, Crivella, 20,26% e Garotinho, 19,73%. A diferença entre Crivella e Garotinho foi de menos de 50 mil votos. Já no segundo turno, Pezão obteve a vitória com 4.343.298 votos, o que corresponde a 55,78% dos votos válidos e Marcelo Crivella (PRB) teve 3.442.713 dos votos (44,22%). Os votos brancos (3,39%) e nulos (13,96%) somaram 1.635.179 votos; houve ainda 2.713.771 abstenções (22,36%). Somados brancos, nulos e abstenções, chega-se a 4.348.950 votos, 5.652 a mais que os alcançados por Pezão. É interessante notar que o avultado número de abstenções cresce paulatinamente, atrelado ao desgaste político ocasionado desde as chamadas “Jornadas de Junho de 2013”, o aprofundamento da operação Lava-Jato da Polícia Federal e uma campanha recorrente de associação de Crivella com a IURD, de modo a caracterizar a influência do religioso na política como incompatível ou mesmo danosa.

A ênfase dada ao cargo de bispo e sua ligação com Edir Macedo demarcaram as estratégias dos candidatos rivais, a fim de ressaltar que as imbricações entre laico e religioso seriam inaceitáveis, principalmente em se tratando da IURD, uma vez que a penetração nos espaços institucionalizados de representação se dá fora dos canais tradicionais, por meio de uma linguagem estranha ao ambiente laicista das instituições, levantando suspeitas sobre as “intenções”, o “grau de compromisso democrático” e a própria natureza do “projeto político” desses novos atores evangélicos (BURITY, 2006,

¹⁰ Ver em Mariano (2009).

p. 174). Essa estratégia político-eleitoral torna-se base e principal ponto de oposição aos candidatos evangélicos, notadamente em pleitos majoritários, recorrentemente enaltecido nas últimas eleições executivas no Rio de Janeiro.

3. Em Busca do Executivo Carioca

Como já analisamos em trabalho anterior (GRACINO JUNIOR *et al.* 2018), o perfil de muitos políticos evangélicos, atendendo à lógica das candidaturas proporcionais, acentua posições que os identificam com este segmento religioso: muitos são pastores ou candidatos de forte pertença religiosa que tendem a ser mais conservadores do que a população evangélica em geral. Contudo, tal prática discursiva tende a criar dificuldades quando se trata de eleições majoritárias. Deste modo, as eleições proporcionais se mostram searas mais fáceis aos candidatos evangélicos, pois o discurso é proferido para um nicho específico, na maioria dos casos convertidos da própria igreja. No caso das eleições executivas, a tendência é de conciliar o discurso para a base religiosa ao discurso para a sociedade em geral. Adotando um jogo de visibilidade e ocultação da identidade evangélica dos candidatos.

Crivella não é uma exceção a essa tendência, ao tentar, na maior parte da sua campanha, afastar-se da imagem da IURD, no intuito de alargar sua base eleitoral: “candidatos a cargos majoritários disputados em dois turnos, torna-se perfeitamente compreensível a disposição de Crivella, durante as campanhas eleitorais, para tentar desvincilar-se dela [IURD], relegá-la a um plano secundário, ou tratá-la simplesmente como uma opção pessoal restrita à intimidade ou à vida privada” (MARIANO E SCHEMBIDA, 2009, p.101.). Assim, Crivella se empenhou durante as sucessivas campanhas ao executivo – carioca e fluminense – apresentar-se como um agente público, um gestor, na tentativa de mitigar sua vinculação com a IURD.

Contudo, tal estratégia não surtiu o efeito esperado, devido ao seu insucesso em demonstrar sua autonomia política frente à Universal, uma vez que a IURD apresenta sua própria atuação política, por meio de seu vínculo partidário com o PRB, partido criado por membros e representantes da Igreja. Em outras palavras, a forte e ativa presença da Universal no campo político acaba impossibilitando a total desvinculação de Crivella com a instituição religiosa. Em contrapartida é importante salientar que a aceitação de Crivella por estratos não evangélicos, se dá pela crescente legitimidade pública, reflexo da contínua inserção dos grupos pentecostais e neopentecostais no debate contemporâneo.

Em trabalho anterior, apresentamos este processo como um desdobramento da mudança estrutural na esfera pública (HABERMAS, 2003 E 2007), que possibilitou não só a publicização do pentecostalismo, mas que conferiu relevo ao discurso conservador mais amplo como argumento legítimo nos assuntos públicos (GRACINO *et al.* 2019).

Nesta esteira, a forte presença pentecostal é percebida na vida do país, tanto pelo do volumoso investimento em espaços na mídia e cultura (rádios, canais e redes de TV, aumento do número de programas, novelas de cunho bíblico e produção fonográfica), quanto pelo uso franco da gramática pentecostal na vida cotidiana.

Diante de tal contexto, os líderes religiosos legitimados e agora versados nos meandros do jogo político, perceberam que, num processo de disputa pública por atenção, aguçado pela hiperexposição das redes sociais, precisavam operar uma síntese discursiva dos mal-estares vivido por uma parcela da sociedade que se via desamparada socialmente e ameaçada pelo embaralhamento dos *status* sociais. Desta forma, passam a sintetizar e vocalizar os anseios de uma população que, em sua maioria, não possui outra referência discursiva para narrar seus anseios. Somado a isso, os grupos pentecostais ainda que tenham incorporado em suas fileiras setores da classe média, concentram-se nos estratos menos abastados da sociedade tradicionalmente mais afeitos a discursos de fundo moral.

3.1 A Conjuntura Fluminense-Carioca nas Eleições 2016

O cenário Fluminense não era dos melhores. A criminalidade crescia em níveis alarmantes em 2016: de acordo com Instituto de Segurança Pública (ISP) foram 5.033 mortes violentas. Isso significa um número cerca de 20% maior do que em 2015, o que levaria o Rio de Janeiro a sofrer uma intervenção federal, efetivado pelas Forças Armadas, em 2018. No mesmo turno, da crise de segurança pública, a grave crise fiscal que assolava (assola) o Estado, produzindo um déficit superior a 17 bilhões de reais, motivando um decreto de calamidade financeira por parte do Governador em exercício Francisco Dornelles, em maio de 2016.

Neste sentido, o ajuste fiscal – receita preferencial dos liberais para crises econômicas—compromete ainda mais a já combatida oferta de serviços públicos no estado. Os hospitais e unidades de saúde, já sucateados, não conseguem renovar contratos com prestadores de serviços e se veem forçados a suspender certas atividades, enquanto que o desemprego, pós sonho olímpico, atingiu em 2016 mais de 960 mil pessoas no estado. A pesquisa do Plano Nacional de Domicílios (Pnad), divulgada pelo IBGE, apontou que a taxa de desemprego na Região Metropolitana do Rio saltou de 7,7% em 2015, para 13, 2% em 2016. Na capital, o índice dobrou em um ano para o outro, saltando de 5,2% para 10,4%¹¹.

¹¹ Dados do Plano Nacional de Domicílios (Pnad) compilados disponíveis em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/taxa-de-desemprego-no-rj-chega-a-134-maior-taxa-registrada-pelo-ibge-desde-2012.ghtml>>. Acessado em: 14/02/2018.

Diante desta conjuntura, o termo crise parecia unir tanto o último governo Dilma (2015-2016), já nos seus estertores, quanto a ex-aliada dinastia do PMDB no estado e na prefeitura da capital. Como argumenta Roitman (2012), o discurso de “crise” é mobilizador de construções narrativas para marcar um “momento de verdade”, só que no processo discursivo, o que se entende por “verdade”, faz parte de um processo de invisibilidade, em que consiste defrontar uma parte e não o todo. Portanto, o termo “crise” apresentado, exaustivamente, como crise econômica, presente nos discursos parecem ser o verdadeiro estopim de todo o processo “crítico” do Estado do Rio de Janeiro, todavia, não desvelando a própria ineficácia da gestão política deste período.

Ao nos atentarmos para a configuração política do pleito de 2016, percebemos algumas peculiaridades em relação às eleições anteriores: com a interrupção de uma série de vitórias do PMDB (em questões eleitorais e de credibilidade partidária); a disputa entre Freixo e Crivella que apresentou – talvez desde o brizolismo – a presença de uma eleição local que assumiu, evidentemente, contornos nacionais. Naquele ensaio para às eleições de 2018, os embates nacionais voltaram à cena, diluindo o interesse em qualquer forma de retórica tecnocrática imune às questões sócio-políticas mais amplas. De fato, os ecos dos discursos antagônicos da conjuntura nacional refletiram com um peso muito maior nas eleições de municipais de 2016, principalmente, nas grandes metrópoles como visto anteriormente.

Decerto, o próprio contexto carioca facilitou a emergência desses discursos e a maior entrada das questões nacionais no debate da política municipal. Ao tomarmos como base a literatura sobre eleições (ORO, 2006; MACHADO, 2012; REZENDE, 2019) notamos que em sistemas majoritários de dois turnos, candidatos de partidos de centro tendem a levar vantagem, dado que sua rejeição é menor e, no segundo turno, os eleitores tendem a convergir com mais facilidade para suas candidaturas. Contudo, no primeiro turno das eleições cariocas – além de Crivella e Freixo que seguiram para o segundo turno–, disputaram diversos candidatos com espectros ideológicos muito similares, concorrendo pelo mesmo nicho eleitoral. Ao analisarmos os candidatos Pedro Paulo (PMDB), Índio da Costa (PSD) e Carlos Osório (PSDB), observamos que todos tinham uma visão de governo muito próxima, em que podemos denominá-las como um discurso de centro-direita, sendo uma exceção mais à direita conservadora – por que não autoritária –, Flávio Bolsonaro (PSC – Partido Social Cristão), que almejou no presente pleito mobilizar o capital político do pai, o então deputado federal, Jair Bolsonaro (PSC). E, de forma semelhante, os candidatos de centro-esquerda como Alessandro Molon

(REDE – Rede Sustentabilidade) e esquerda como Jandira Feghali (PC do B)¹². Não havendo no primeiro turno, uma coligação entre candidatos de perfis ideológicos similares, mas a fragmentação entre eles, em candidaturas independentes, demarcou o primeiro turno.

Pedro Paulo, era o candidato à sucessão de Eduardo Paes (PMDB), então prefeito do Rio, embora a candidatura de Pedro Paulo, contasse com um grande tempo de TV e da estrutura administrativa do município e do estado, governados pelo seu partido, foi fortemente prejudicado pelas graves denúncias de violência doméstica. Segundo notícias amplamente divulgada, Pedro Paulo havia agredido sua esposa. Tal evento caiu como uma bomba, tornando-se inclusive mote recorrentemente utilizado pelos seus adversários ao longo do pleito – “Pedro Paulo bate em mulher” –, o que deteriorou de imediato sua candidatura, não sendo salvo nem mesmo pelos razoáveis índices de aprovação de seu principal “padrinho” político, Eduardo Paes¹³.

A fragmentação de candidaturas ideologicamente parecidas permitiu alocar no segundo turno dois candidatos que podem ser considerados, dentre muitos aspectos, antípodas no espectro ideológico. Crivella, como já aludido, filiado ao PRB e bispo licenciado das IURD, passa a defender pautas cada vez mais conservadoras ligadas à bancada evangélica –principalmente, enquanto esteve no Senado Federal–, e muito embora tenha sido Ministro da Pesca no governo Dilma e ter recebido apoio do ex-presidente Lula nos pleitos executivos que disputou, votou a favor do impeachment de Dilma. Marcelo Freixo, candidato do PSOL, conseguiu, com uma diferença muito apertada em relação ao terceiro colocado, Pedro Paulo –foram apenas 2,14%, cerca de 64.649 de votos (REZENDE, 2018) –, passar ao segundo turno.

Marcelo Freixo, então deputado estadual, ficou conhecido por suas pautas em defesa dos direitos humanos na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), principalmente, por ter estado à frente de muitas CPI's, como a das Milícias, em 2008. Bem como pelo seu discurso marcado por posições de defesa de uma igualdade distributiva, melhorias dos serviços públicos e pelo posicionamento “anti-impeachment”

¹² Visto as propostas dos candidatos e os discursos presentes não só nos respectivos programas eleitorais, mas nos próprios debates realizado pelas principais emissoras de televisão, como Record e RJ TV, da Rede Globo. Um dos principais debates, o do RJ TV, está disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/eleicoes/2016/noticia/2016/09/candidatos-prefeitura-do-rio-participam-de-debate-na-tv-globo.html>>. Acessado em: 15/02/2018.

¹³ De acordo com a Pesquisa Ibope divulgada em 26/09/2017, a administração do prefeito Eduardo Paes, é avaliada como ótima/boa por 25% dos entrevistados. Ótima/boa - 25% ; Regular - 41% ; Ruim/péssima - 33%. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/eleicoes/2016/noticia/2016/09/ibope-gestao-de-eduardo-paes-e-avaliada-como-otima-ou-boa-por-25.html>>. Acessado em: 15/02/2018.

de Dilma, classificando-o como um “golpe”. Ao mesmo tempo, o PSOL adota uma visão purista da política, compreendendo que qualquer tipo de aliança desvirtuaria a identidade, o que o leva a rejeitar coligações com partidos que considera fora de seu espectro político, restringindo significativamente seu leque de coligações, invariavelmente optando pelos modestos PCB e PSTU.

É importante observar que as eleições para prefeito do Rio de Janeiro, apresentaram um grau crescente de acusações e agressividade nos questionamentos para e entre os candidatos, bem como entre seus eleitores. Conforme analisa Abreu (2016):

No primeiro turno, os dois candidatos miraram sua artilharia em Pedro Paulo, pois Crivella disparou na frente das preferências do eleitorado e, ao longo de toda a campanha do primeiro turno, sua presença foi considerada certa no segundo turno. Dessa forma, Pedro Paulo era o candidato a ser derrotado por Freixo e, ao mesmo tempo, era o candidato que apresentava maiores fragilidades, em decorrência do seu histórico de agressão à sua esposa, e também do seu despreparo, que foi se revelando a cada debate ou declaração pública. Por sua vez, Crivella deu mostras de preferir Freixo como adversário no segundo turno, por considerá-lo um candidato bem menos competitivo, tanto por estar fora da estrutura administrativa, quanto por sua posição de esquerda, que já havia sido fragorosamente derrotada no primeiro turno em outras cidades importantes do país e carregaria, portanto, uma grande rejeição.

Nesse sentido, à esteira do discurso polarizado nacional (entre direita e esquerda) Freixo foi alvo de uma campanha virtual – por meio das redes sociais como Facebook e Whatsapp. A estratégia era mobilizar o medo ou o receio do eleitor (ABREU, 2016), disseminados boatos que criavam a ideia de que Freixo, se eleito, instauraria o socialismo no Rio de Janeiro, descriminalizaria o aborto e o uso de drogas, liberaria o ensino “ideologia de gênero” nas escolas e, por fim, acabaria com a polícia militar e apoiava “bandidos”¹⁴. Nesta esteira, o candidato do PSOL foi constantemente

¹⁴ Mais informações em: <<http://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2016-10-05/freixo-decide-acionar-justica-eleitoral-e-policia-contra-difamacoes-na-internet.html>>. Acessado em: 15/02/2018.

estigmatizado como um candidato de esquerda que defende os direitos humanos, ou como muito falado no período das eleições pelos adversários e pelo próprio eleitorado que o rejeitava: “um esquerdista que defende bandido”, de modo a polarizar ainda mais o debate.

Crivella, por sua vez, recebeu o apoio no segundo turno de Flávio Bolsonaro, Índio da Costa e Osório, que até posaram para fotos ao lado de Crivella e da deputada federal Clarissa Garotinho (PRB), aliada de primeira hora. O PMDB, todavia, não declarou o apoio do partido, mas alguns de seus quadros manifestaram apoio pessoal a Crivella, não obstante o ex-senador descartou aliança com PMDB: “Política se faz com alianças. Chegou a hora de tratar das pessoas e o PMDB precisa se reciclar, não pode continuar com as mesmas práticas políticas. Não vou conversar com o PMDB, vou conversar com os demais partidos para alianças”¹⁵. Diante deste contexto, Eduardo Paes se manteve “neutro”.

Dito isto, parece-nos que a vitória de Crivella marca uma virada conservadora no país, em que a gramática religiosa serve como parâmetro para discussões morais mais amplas no mundo da política. Somado a isso, o aspecto conjuntural teve relevante peso, marcado pelo desgaste dos partidos de esquerda na esteira da crise do PT e crescimento da direita e pela pouca capilaridade eleitoral do PSOL, quando comparado a outros partidos, como o PRB. Neste sentido, o eleitorado de Freixo, de acordo com as pesquisas Datafolha e IBOPE divulgadas no interim das eleições, apresentava um perfil de classe média e formação superior, sem bases na periferia, principais zonas eleitorais cariocas. Ao contrário de Crivella, que possui a capilaridade do pentecostalismo nessas zonas periféricas, o que fomentou uma maior concentração de votos em seu favor. Além do desengajamento dos eleitores cariocas com a política brasileira de modo geral, bem como a escolha de candidatos com perfis ideológicos antagônicos, propiciaram os altos níveis de abstenções e votos brancos e nulos. De forma que o caráter religioso não foi o único vetor da vitória de Crivella, mas foi fundamental para a manutenção de sua base eleitoral. Se no passado um candidato ligado a uma denominação religiosas evangélica era visto com reservas, nos dias que correm – os da antipolítica –, tal vinculação é vista como positiva, como podemos depreender do bordão de campanha de Crivella: “chegou a hora de cuidar das pessoas”. O bordão é claro e propositadamente deslocado das regras do discurso político clássico, evocando uma gramática pessoalista e afetiva, no intuito de trabalhar as identidades coletivas e reforçar a construção de uma relação nós/eles, mobilizando “afetos comuns” (MOUFFE, 2013).

¹⁵Comentário de Crivella disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/eleicoes/2016/noticia/2016/10/crivella-quer-conquistar-votos-de-osorio-indio-e-bolsonaro-no-2-turno.html>. Acessado em: 15/02/2018.

Outro dado interessante para ser analisado é que nos quatro pleitos anteriores disputados por Crivella, em que foi derrotado, ele perdeu para candidatos de centro. Nesse sentido, a estratégia definida por Crivella e sua equipe, em 2016, se mostrou mais hábil, ou seja, isolar o centro político e “eleger” um candidato de esquerda como adversário preferencial para o segundo turno, o que ficou claro nos debates televisivos.

Todavia, há também uma relação a este processo, que não pode ser desconsiderada: se o conservadorismo se movimenta contra as posições mais progressistas, estas últimas podem recrudescer, afinando propostas e executar movimentos que podem agregar simpatizantes. Ora, se Crivella apresenta a face conservadora, Freixo representaria uma reação. Apesar da vitória do bispo, não podemos desconsiderar que, no segundo turno, Freixo aumentou sua margem de votos em 110,26%, enquanto Crivella aumentou os seus em 101, 85%¹⁶, levando a eleição, principalmente o segundo turno, a um campo cada vez mais relacional em relação aos votos dos eleitores que votaram em um dos dois candidatos.

Deste modo, a campanha de Crivella procurou associar o candidato do PSOL ao “comunismo” e a valores moralmente “contrários aos da família tradicional”, propiciando um sentimento de rejeição ao candidato Freixo, produzindo, assim, um apoio sólido aos valores representados pelo candidato do PRB. Uma importante alusão é o apoio do pastor assembleiano Silas Malafia à candidatura de Crivella em 2016, fato que não aconteceu na disputa ao governo do Estado do Rio de Janeiro em 2014.

Nesse contexto, a presença dos pentecostais engrossando as fileiras de Crivella, bem como a capacidade de engajamento eleitoral por parte da IURD, foram de crucial importância para a inserção e manutenção de bases eleitorais nas periferias como a Zona Norte e Oeste do Rio de Janeiro. Mas, sem dúvida, a importância dos eleitores-féis não explica per se a vitória de Crivella, pois, permaneceria um “gargalo” ao executivo (50% dos votos mais um), já que, estatisticamente, a vitória de Crivella não se deu particularmente por conta do eleitorado evangélico. De acordo com **projeções** realizadas a partir dos dados do IBGE, em 2016¹⁷ teríamos na cidade do Rio de Janeiro os seguintes números: a população carioca possuiria 6.583.368 habitantes e o número de

¹⁶ Visto a última pesquisa Datafolha de 29/10/2016, registrada no Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RJ) sob o protocolo RJ-01053/2016.

¹⁷ A taxa de crescimento é calculada pela fórmula $R = \left[\left(\frac{n\sqrt[n]{Pt}}{Po} \right) - 1 \right] \times 100$. “As estimativas de crescimento da população são realizadas pelo método geométrico. Em termos técnicos, para se obter a taxa de crescimento (r), subtrai-se 1 da raiz enésima do quociente entre a população final (Pt) e a população no começo do período considerado (Po), multiplicando-se o resultado por 100, sendo “n” igual ao número de anos no período.” <http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/LivroIDB/2edrev/a03.pdf>. Acesso em: 16/04/2020.

evangélicos estaria em 1.702.239, portanto, os evangélicos na cidade constituíam, em 2016, aproximadamente 25,86%% da população total. Se tal proporção se repetisse no número de eleitores aptos no município do Rio de Janeiro, ou seja, 4.898.044 milhões, teríamos 1.266.471 milhões de eleitores evangélicos. No entanto, no segundo turno Crivella obteve 1.700.030 milhão de votos, portanto, quase meio milhão (433.559) a mais que o total estimado de evangélicos votantes na cidade, o que nos leva a considerar o apoio de outros estratos sociais para a obtenção da vitória.

Dito isso, vemos que o ambiente político nacional e a própria configuração do segundo turno, com Marcelo Freixo, foram cruciais para a vitória do bispo licenciado da IURD, não significando necessariamente uma vitória da IURD, mas a vitória de uma estratégia político-religiosa. Todavia, a eleição parece apontar tanto para um processo de escassez da política, quanto para a legitimação de agências estranhas ao mundo político para atuação nesta esfera.

Uma das estratégias utilizadas na disputa ao executivo carioca, foi o discurso moderado adotado por Crivella na campanha, tentando afastar ao máximo a ligação com a Igreja Universal, buscando diálogo com líderes de várias religiões, inclusive de matriz afro¹⁸, ao mesmo tempo em que investia na imagem de conciliador, almejando atrair eleitores católicos, assim como evitando falar sobre assuntos polêmicos. Neste interim, Crivella procurou reforçar o caráter laico de sua eventual gestão frente à Prefeitura do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo que esvaziava o conteúdo étnico e político de manifestações como o carnaval e a Parada do Orgulho LGBTI-RIO, comprometendo-se a manter o investimento da prefeitura nestes eventos, exaltando sua importância econômica para o município. Tal expediente tinha uma dupla função, além de atrair apoio de parte das lideranças das escolas de samba¹⁹ — tarefa facilitada pela ideia de que Freixo combateria a contravenção, principal fonte de financiamento das escolas de samba —, fidelizava o apoio de setores evangélicos que sentiam arrepios em imaginar um prefeito evangélico apoiando o carnaval e a “Parada Gay”.

Desta forma, Crivella reforçava o seu compromisso com pautas defendidas pela comunidade evangélica e eleitorado conservador, mesmo que as mesmas estivessem distantes da alçada da prefeitura, como a liberação das drogas, legalização do aborto e a discussão de ideologia de gênero nas escolas.

4.A Estratificação do Voto Carioca

¹⁸ <https://extra.globo.com/noticias/rio/pai-de-santo-que-apoia-crivella-ficou-chateado-com-reacao-de-entidades-da-umbanda-do-candomble-20155307.html>. Acesso em: 18/10/2018.

¹⁹ <https://extra.globo.com/noticias/rio/escolas-de-samba-fecham-com-crivella-blocos-de-rua-declaram-apoio-freixo-20337063.html>. Acesso em: 18/10/2018.

Passamos finalmente a avaliar os dados quantitativos que balizaram nossos argumentos até aqui. Neste sentido, é interessante notar o avultado número de alienação eleitoral somada aos votos nulos e brancos. Segundo os dados da Justiça Eleitoral, o número de abstenções parece ter sido uma tendência nas últimas eleições, no caso das Eleições Municipais 2016, no primeiro turno não compareceram às urnas 17,58%, ou seja, 25.331.035, dos eleitores aptos a votar, enquanto que no segundo turno esse percentual subiu quase 4%, chegando a 21,55%, com a ausência de 7.109.616 eleitores. Neste caso, o Rio de Janeiro foi destaque, batendo a casa do 24,28% do eleitorado (1.189.187 eleitores) no primeiro turno, índice que aumentou para 26,85% (1.314.950 eleitores) no segundo, ou seja, um incremento de 125.763 eleitores²⁰; votaram em branco 5,50% (204.110) dos eleitores no primeiro turno e 4,18% (149.866) no segundo. Em relação ao voto nulo, o mesmo saltou de 12,76% (473.324) do eleitorado para 15,90% (569.536) no segundo turno. É interessante lembrar que, tradicionalmente, o voto nulo é considerado como voto de protesto.

Ainda neste sentido, quando somamos os votos nulos, brancos e abstenções, vemos que mais de dois milhões (2.034.352), ou seja, quase metade os aptos da votar (4.898.044 milhões) optaram por não votar nem em Marcelo Crivella (PRB), que venceu a disputa com 1.700.030 milhões de votos, nem em Marcelo Freixo, que ficou com 1.163.662 milhões. As urnas também revelaram a nítida divisão política-geográfica da capital fluminense. Em que a região mais populosa do município, a Zona Oeste, apresentou maior margem para a vitória de Crivella, enquanto seu adversário obteve seus melhores resultados na Zona Sul e Central, regiões com maiores IDHs da cidade.

Dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RJ) mostravam que a capital fluminense possuía em 2016, 4.898.044 milhões de eleitores aptos a votar, distribuídos por 11.803 seções, reunidas, por sua vez, em 1.498 zonas. Sendo os maiores colégios eleitorais: Campo Grande, Bangu e Santa Cruz que somados apresentam cerca de 650 mil pessoas aptas a votar. Nesse sentido, apresentaremos alguns dados da pesquisa realizada por Cesar Romero Jacob (2012) sobre a geografia do voto na cidade do Rio nas últimas eleições, nos concentrando nos votos obtidos em algumas eleições disputadas por Crivella. De modo a compreender a constituição do campo político carioca progresso as eleições de 2016.

4.1.A Geografia do Voto Carioca: particularidades e características

²⁰ <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Novembro/segundo-turno-das-eleicoes-municipais-2016-registra-aumento-de-abstencoes>. Acesso em: 16/02/2018.

Em 1982, com a vitória de Leonel Brizola para o governo do Estado do Rio de Janeiro, iniciou-se um longo período de domínio político de líderes oriundos dos quadros do Partido Democrático Trabalhista (PDT). De modo que, das oito disputas eleitorais realizadas desde então para o governo estadual, cinco foram ganhas por políticos pedetistas ou que, em algum momento de sua vida política, atuaram no PDT, dentre eles: o próprio Brizola (1982 e 1990), Marcelo Alencar (1994), Anthony Garotinho (1998) e Rosinha Garotinho (2002). Sendo a exceção dessa linhagem brizolista: Moreira Franco (1986), Sérgio Cabral (2006 e 2014) e Luiz Fernando Pezão (2014-2018), os três do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

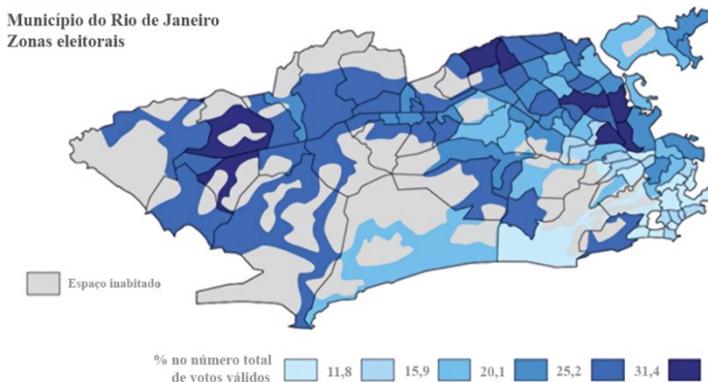
Os brizolistas conseguiram vitórias ao longo dos anos 1980, reunidos em torno da figura de Leonel Brizola, contudo, a partir dos anos 1990, o PDT começa a se fragmentar, com a saída diversos líderes partidários, como: Cesar Maia, em 1992, Marcelo Alencar, em 1994, e Anthony Garotinho, em 2001. E, por conseguinte, cada uma dessas lideranças que deixava o partido levava consigo uma parte da máquina pedetista, bem como adotando um novo discurso político (JACOB et al, 2012). Este processo de fragmentação do brizolismo refletiu fortemente nas eleições municipais e estaduais.

Nas eleições municipais de 2004, Cesar Maia (PMDB) se candidata à reeleição vencendo já no primeiro turno, com 50,1% dos votos, com ampla vantagem sobre o segundo colocado, o senador Marcelo Crivella, do Partido Liberal (PL) que obteve 21,8%. Na verdade, como aponta Jacob (2012), Cesar Maia ganhou em 96 das 97 zonas eleitorais do Rio, perdendo para Crivella apenas na de Benfica. Neste pleito, Crivella utilizou de forma massiva a estrutura da Igreja Universal, e obteve seus melhores percentuais em bairros da Zona Oeste, Central do Brasil e Leopoldina, áreas da cidade onde a presença de evangélicos é mais expressiva. É interessante lembrar que, enquanto a Assembleia de Deus concentra seus melhores números na periferia distante, principalmente nas franjas urbanas como Zona Oeste, sobremaneira nos bairros de Santa Cruz, Campo Grande etc., onde atingia mais de 30% da população no censo de 2010, a IURD concentra-se mais na região da Leopoldina e Subúrbio da Central do Brasil (GRACINO JUNIOR, 2016), o que pode explica o bom resultado de Crivella já no pleito de 2004 em Benfica, bairro da região da Leopoldina.

Com efeito, devemos enfatizar que o segmento evangélico e, principalmente, a vertente pentecostal/neopentecostal não formam um grupo homogêneo, pelo contrário, são altamente fragmentados por miríades de denominações. Neste sentido, embora não possamos afirmar que todos os votos de Crivella provieram dos eleitores evangélicos, quando se compara seus melhores resultados do candidato, com a dispersão dos pentecostais na cidade (Figuras 1, 2 e 3), observamos uma enorme semelhança nos cartogramas, o que pode indicar o voto religiosamente orientado no candidato. O

Figura 2 – Votos obtidos por Crivella na eleição de 2004

Eleição para prefeito 2004
Marcelo Crivella
 Município do Rio de Janeiro
 Zonas eleitorais



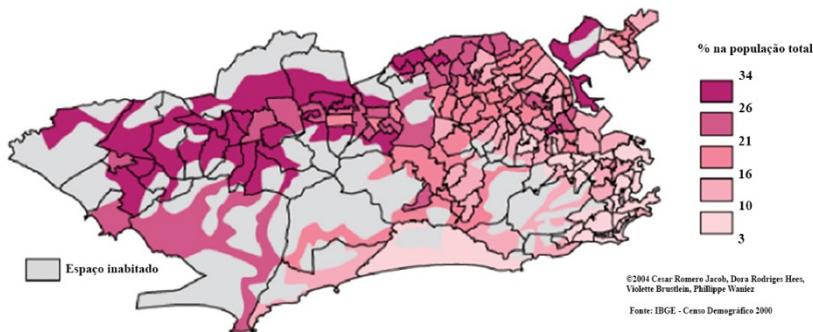
Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro

©2004 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

Disponível em: JACOB et al. 2012, p. 54.

Figura 3 – Evangélicos no município do Rio de Janeiro segundo o Censo de 2000

Município do Rio de Janeiro
 Religiões Evangélicas



©2004 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brurstein, Philippe Waniez

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

Disponível em: JACOB et al. 2012, p. 54.

Em 2008, Crivella – agora no PRB– foi o terceiro colocado, obtendo 19% dos votos válidos. Nesta eleição a distribuição dos votos permanece muito semelhante, Como Crivella performando melhor em bairros da Zona Oeste, Central do Brasil e Leopoldina,

novamente nas áreas do município onde a presença de evangélicos é mais expressiva, como percebemos na figura 4 em comparação com a figura 3.

Figura 4 – Votos obtidos por Crivella na eleição de 2008

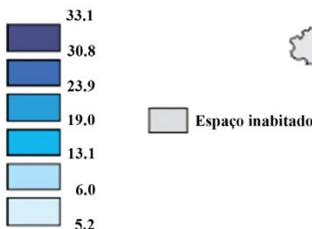
Eleição para prefeito 2008 (Primeiro turno)

Marcelo Crivella

Município do Rio de Janeiro

Zonas eleitorais

% no total de votos válidos



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro

©2012 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Disponível em: JACOB et al. 2012, p. 54.

4.2. A Geografia do Pleito de 2016

Já nas eleições de 2016, a sociedade carioca passou por algumas dinamizações sociais, além da conjuntura política e econômica apresentada até aqui. Os dados do IBGE mostram que em 1980 os evangélicos eram 3% da população do estado do Rio de Janeiro, acompanharam a curva de crescimento do pentecostalismo da década de 1990 e atingiram 17,6% em 2000, chegando a 23% em 2010 e, se considerarmos o mesmo ritmo de crescimento da década anterior, perfaziam mais de 25% em 2016. Nesse interim, os católicos passaram de 60,7% da população em 2000, caíram para 51,09% no último censo (2010) e, de forma estimada, estavam na casa dos 45% da população carioca em 2016.

No entanto, ao que parece, dois processos paralelos aglutinaram o voto evangélico após 2016, primeiro a já citada legitimidade pública das confissões evangélicas, depois, e mais importante, a ideia da necessidade do domínio de diversos setores da sociedade, sobremaneira a política, pelos evangélicos, no que tem sido classificado como Teologia do Domínio ou Reconstrucionista (ROSAS, 2015; ROCHA, 2017). Segundo a literatura, a versão brasileira da Teologia do Domínio é derivada de um corrente teológica originada nos EUA que, entre outras coisas, advoga a teologia da batalha espiritual, para alguns de seus fundadores, “os cristãos não poderiam se resignar a um isolamento em

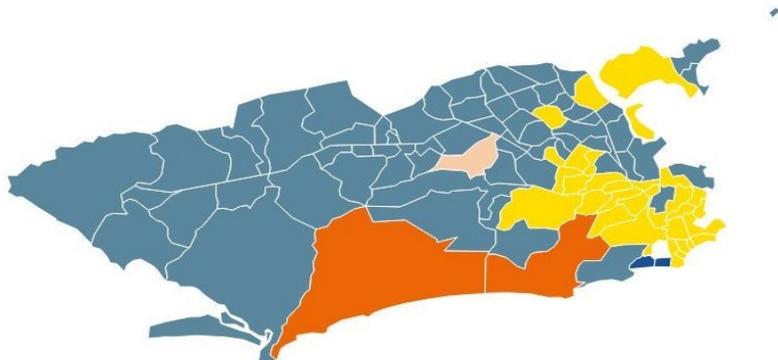
suas casas e suas igrejas – ética, política, arte e educação, tudo deve ser recuperado para Cristo ou abandonado para Satanás” (VAN TIL, KLEIN 2011, p. 149, *apud*. ROCHA, 2017, p 358). Em solo brasileiro é justamente a IURD a principal denominação a adotar variações da Teologia do Domínio, porém, aspectos desta teologia vêm influenciando o campo religioso evangélico mais amplo, como mostram Nina Rosas (2015), no caso da Igreja Batista Lagoinha.

Dito isso, voltemos aos componentes do voto. Assim, diversos são os fatores que influenciam a decisão do voto do eleitor. Seja a avaliação retrospectiva das condições de vida, a classe social e/ou as preferências políticas, pois é através desses espaços de convivência e questionamentos que os eleitores socializam, e políticos despendem grande parte do seu tempo de campanha em busca de votos. Portanto, a situação socioeconômica e a prestação de serviços por parte do poder público em diferentes unidades territoriais podem influenciar a decisão do eleitor. As figuras 5 e 6, foram elaboradas conforme os votos dos candidatos por urnas, fornecido pelo TSE, e, posteriormente, somados nos bairros. Logo, as porcentagens se referem aos votos recebidos com relação ao total de votos válidos dos bairros. Por conseguinte, conseguimos verificar o desempenho eleitoral dos candidatos de forma mais desagregada do que naquelas que utilizam as zonas eleitorais das unidades do município do Rio de Janeiro.

Como dissemos, o Censo de 2010 aponta a considerável presença de evangélicos na metade norte e oeste do município. Em que os fiéis da Assembleia de Deus apresentam forte presença na Zona Oeste, enquanto os da Igreja Universal tendem a se concentrar nas zonas da Leopoldina e da Central, ambas tendem destinar seus votos aos candidatos das respectivas igrejas. Essas zonas do município somam menores índices de desenvolvimento humanos à altas taxas de concentração demográfica, sendo o seu eleitor muito mais sensível a presença do poder público, ao mesmo tempo, e em boa medida em decorrência desses índices, tais localidades apresentam avultados percentuais quanto aos que se declaram evangélicos. Este segmento religioso apresenta comportamentos políticos próprios e estão cotidianamente na vida da população dessas zonas, ao contrário do poder público. O que reflete em termos de preferência e comportamento político, já que o processamento da informação política ocorre através de canais de comunicação e interação social que se dão no próprio ambiente das igrejas e, em segundo lugar, tal ação pode implicar no condicionamento dessas interações sociais politicamente, desvelando uma preferência política, acionada pelas instituições religiosas, como analisado por Oro (2003), entre outros. Neste cenário, muitas igrejas apresentam um perfil de candidato definido, diferente da Igreja Católica, que apoia um programa, e os fiéis que concordam com esse conjunto de ideias tendem a considerar esse voto.

Figura 5- Geografia Eleitoral do Primeiro Turno

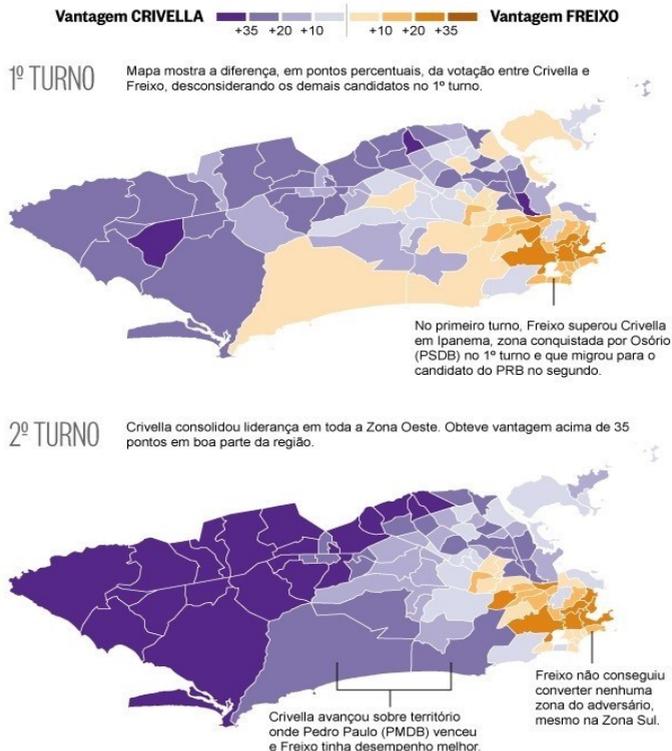
LEGENDA O mais votado em cada zona	● CRIVELLA PRB	● MARCELO FREIXO PSOL	● PEDRO PAULO PMDB	● FLÁVIO BOLSONARO PSC	● INDIO DA COSTA PSD	● OSORIO PSDB
Votação total na cidade:	27.8%	18.3%	16.1%	14%	9%	8.6%



Fonte: O Globo. Dados compilados do TSE. Disponível em:

<<https://blogs.oglobo.globo.com/na-base-dos-dados/post/crivella-avancou-em-redutos-eleitorais-de-freixo-e-conquistou-area-decisiva-da-cidade.html>>. Acessado em: 30/01/2019.

Figura 6 - Disputa Crivella x Freixo no Primeiro e Segundo turno



Fonte: O Globo. Dados compilados do TSE. Disponível em:

<<https://blogs.oglobo.globo.com/na-base-dos-dados/post/crivella-avancou-em-redutos-eleitorais-de-freixo-e-conquistou-area-decisiva-da-cidade.html>>. Acessado em: 30/01/2019.

Como já explicitado, o cartograma deixa claro que Marcelo Crivella e Marcelo Freixo, apresentam bases eleitorais significativamente distintas (Figura 6). No primeiro turno, Crivella tem sua maior proporção de votos na Zona Oeste e na Zona Norte, enquanto Freixo recebeu mais votos na Zona Sul, na parte da região central da cidade e certos bairros da Zona Norte. Os bairros em que Crivella foi mais bem votado foram Maré (59%), Acari (52%) e Jacaré (51%). Freixo recebeu mais votos em Laranjeiras

(40%), Humaitá (39,5%) e Cosme Velho (36,7%)²². É interessante observar os dados do primeiro turno e a votação nas zonas da cidade, bem como as semelhanças que apresentam entre os dados da pesquisa Datafolha de 29/09/2016, ao mostrar que Crivella alcança índices mais altos entre os menos instruídos (37%), entre os evangélicos pentecostais (51%) e entre os evangélicos não pentecostais (48%). Enquanto Freixo se destaca entre os mais jovens (22%) e entre os mais instruídos (23%).

Já no segundo turno, a migração dos votos dos candidatos derrotados seguiria da seguinte forma, segundo a pesquisa Datafolha de 29/10/2016: entre os eleitores que votaram em Pedro Paulo (PMDB) no primeiro turno, 33% disseram que, no segundo turno, vão votar em Crivella e 26%, em Freixo. Ainda disseram que votariam em branco ou anulariam 25%, e 16% estariam indecisos. Para os eleitores de Flávio Bolsonaro (PSC), 62% dizem que vão votar em Crivella no segundo turno e 8%, em Freixo. Brancos e nulos: 24%; indecisos: 6%. Eleitores de Osório (PSDB): 32% pretendem votar agora em Crivella no segundo turno, e 28%, em Freixo. Brancos e nulos: 31% e indecisos, 9%. Os eleitores Índio da Costa (PSD): 29% dizem que vão votar em Crivella no segundo turno, e 30%, em Freixo. Brancos e nulos: 27%. Indecisos: 14%. Já os eleitores de Jandira Feghali (PC do B): 16% pretendem votar em Crivella no segundo turno, e 63%, em Freixo. Brancos e nulos: 11%. Indecisos: 11%. Por conseguinte, entre os eleitores de Alessandro Molon (REDE): 44% pretendem votar em Freixo, 24% em Crivella. Brancos e Nulos: 21% e indecisos, 12%.

Enquanto aqueles que votaram em Crivella: 93% pretendiam votar nele novamente no segundo turno e 3%, em Freixo. Brancos e nulos: 1%. Indecisos: 4%. E, entre os eleitores de Freixo: 2% votariam em Crivella no segundo turno e 94%, em Freixo. Brancos e nulos: 1%. Indecisos: 3%. Por fim, dentre aqueles que disseram que, no primeiro turno, votariam em branco ou anulariam o voto: 17% dizem que, no segundo turno, votariam em Crivella, e 14%, em Marcelo Freixo. Outros 56% argumentaram que pretendiam votar em branco ou anular novamente, e 13% estavam indecisos. Para melhor visualização e análise dos dados eleitorais segue as estimativas, que mostram a série de mudanças de opiniões dos eleitores entre os dias 06/10/2016 e 29/10/2016.

Em relação as migrações de intenção de voto, percebemos que ocorreram consideráveis flutuações. Nos votos migrados de Pedro Paulo, Crivella teve um decréscimo de 12% entre 06/10 e 29/10, enquanto Freixo subiu 10% entre os dias 06/10 - 26/10, todavia, suas intenções caem 5% em 29/10 em relação as intenções progressas. Já dentre as intenções de migração de Bolsonaro, não variaram tanto, a transferência de

²² Mapa eleitoral: A distribuição de votos nos bairros do Rio no 1º Turno. Disponível em: <<http://dapp.fgv.br/mapa-eleitoral-distribuicao-de-votos-nos-bairros-do-rio-no-1o-turno/>>. Acessado em: 20/02/2018.

votos para Crivella entre os dias 14/10 – 29/10 cai 12%, e para Freixo foi de apenas 1% a variação. Já o eleitorado mais volátil na migração de votos, segundo a pesquisa, foi de Índio e Osorio. Crivella entre os dias 14/10 – 29/10 cai 3%, e Freixo no mesmo período teve um aumento de 9%, entres os eleitores de Índio. Em comparação a Osorio, as intenções de migração para Crivella entre os dias 06/10 – 26/10 cai 8%, embora, no dia 29/10 elas sobem para 5%, e Freixo permanece praticamente estável com 28% de intenções ao longo das pesquisas.

Desta forma, ao fim do processo eleitoral, no segundo turno ocorrido em 30 de outubro de 2016, Crivella teve 59,37% (1,7 milhão) dos votos válidos e Freixo, 40,63% (1,2 milhão). Freixo obteve 1,2 milhão de votos e seu adversário 1,7 milhão, sendo que, como já dissemos, 150 mil eleitores votaram em branco e outros 570 mil anularam o voto, segundo dados do TSE. Crivella, venceu na maioria das zonas eleitorais da cidade. Obtendo vitória em 71 das 97 zonas eleitorais da capital. Enquanto, seu adversário, Freixo, ganhou em 26. Freixo venceu, de modo geral, na Zona Sul da cidade: bairros como Cosme Velho e em Laranjeiras conquistou sua maior votação: 67,09% dos votos válidos. Já Crivella venceu em boa parte da Zona Norte e Zona Oeste. Teve sua maior votação em Paciência e Santa Cruz: com 77,82% dos votos válidos na localidade. Freixo venceu em menos zonas que no primeiro turno, quando havia conquistado 30 zonas e Crivella 62. Uma vez que, entre o 1º e o 2º turno, Crivella beneficiou-se da migração de votos dos candidatos Osorio (PSDB) e Pedro Paulo (PMDB) levando-o a superar Freixo em zonas eleitorais nas quais este o vencera no 1º turno, tanto na Zona Norte, na Zona Oeste e na Zona Sul.

Visto esse cenário, conforme assevera Jacob (2012), apesar da complexidade existente na cidade do Rio de Janeiro, a capital fluminense apresenta certas recorrências de padrões de comportamento eleitoral e características socioeconômicas bem definidas que confirmam a existência de territórios urbanos, bem demarcados, no interior dos quais os eleitores demonstram considerável escolha política. Ao tempo que, pôde-se constatar que em determinadas zonas eleitorais do Rio de Janeiro, os eleitores tendem a votar em candidatos com um perfil mais conservador, enquanto noutras, em candidatos com um perfil mais progressista.

Contudo, a eleição de Crivella de 2016 foi além dos espaços eleitorais-geográficos apresentados, claro que a concreta consistência de um grande número de eleitores evangélicos nas zonas norte e parte da oeste, foram de fundamental importância para garantir as bases eleitorais necessárias para que Crivella pudesse expandir seu eleitorado para outras estratos e zonas da cidade. Mas este não foi seu ponto de viragem para a vitória, que se deu entre os estratos de indecisos e insatisfeitos com a política vigente. Somente os 30% do eleitorado evangélico, mesmo que unificado não garantiriam margem

para sua vitória, permaneceria um “gargalo” para o executivo, uma vez que esse segmento não vota em candidatos com forte identificação evangélica, o que sempre representou um desafio para a eleição de candidatos evangélicos para o executivo, como nas suas outras disputas para a prefeitura carioca. O desafio enfrentado por Crivella e seu partido, foi de estruturar sua campanha de forma a manter e ampliar o apoio nos bairros que lhe são fiéis e procurar reduzir a rejeição naqueles que lhe são refratários (JACOB, 2012).

5. Considerações Finais

O presente artigo objetivou analisar a eleição para a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro em 2016, para isso avaliamos a preponderância do fator religioso e das pautas morais para a eleição do ex-senador, Marcelo Crivella. Destacamos a capacidade de articulação política dos grupos religiosos envolvidos no pleito, sobretudo, da IURD e, posteriormente, avaliamos diacronicamente as eleições executivas cariocas disputadas por Crivella entre 2004 e 2016, quando foi finalmente eleito, por meio das análises dos dados das votações nos bairros cariocas. Sendo assim, acreditamos que o sucesso eleitoral de 2016 se deveu a uma conjunção que extrapola a questão religiosa, envolvendo aspectos sociais, políticos e econômicos, que incidiram sobre Brasil e, de forma aguda, sobre a capital fluminense.

A partir dos dados apresentados acreditamos que a confluência da conjuntura política de crise desde 2013 - com seu pico em 2014-15 – fez com que Crivella obtivesse, dessa forma, o apoio de outros estratos sociais para a obtenção da vitória. Mas, como argumenta Carlos Eduardo Martins²³, a vitória também é derivada de uma conjuntura política histórica, entre 1991-2004, a intensificação da política pentecostal/neopentecostal no Rio de Janeiro avançou, particularmente, sobre destruição das bases políticas do brizolismo que comprimiu os espaços sociais das esquerdas, pela competição com o PT, e pela morte de Brizola que findou as aspirações do brizolismo, deixando seu espólio em aberto. Nesse meio tempo, mostramos como se estabeleceu um novo quadro político a partir de uma aliança entre as novas forças dominantes na cidade, representadas pelo PMDB e lideranças do PT nacional, formando um sistema de apoio eleitoral mútuo.

No entanto, a partir de 2014 houve um esgotamento do político na esteira das denúncias de corrupção, gerando um antagonismo discursivo, que fez o pêndulo oscilar para discursos liberais-conservadores cada vez mais agudos. Do mesmo modo a presença de discursos moralistas, anti- direitos humanos (“Direitos Humanos para humanos

²³ MARTINS, Carlos Eduardo. [internet]. Eleições municipais: O que o Rio de Janeiro tem a dizer às esquerdas?. Blog da Boitempo, 03/11/2016. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/11/03/eleicoes-municipais-o-que-o-rio-de-janeiro-tem-a-dizer-as-esquerdas/>>. Acessado em: 20/02/2018.

direitos”), e homofóbicos, cujo principal objetivo é a alteridade e a reação aos discursos opositores, estabelecendo, assim, polarizações. Em suma, o processo de polarização política gravita em torno de um discurso antipetista e moralista de um lado, e do outro, pautado pelo anticonservadorismo (dotados de cunho social, contra as reformas do governo Temer, e abertos a agenda de direitos humanos).

Os discursos políticos são sempre, como aponta Burity (2014), um conjunto articulado, mas heterogêneo, de discursos, de sistemas de produção de sentido. Derivados da construção discursiva daquele acontecimento, ou uma construção política dos acontecimentos. Uma vez que os fenômenos foram (são) investidos e atravessados por distintas formações discursivas presentes na sociedade. Neste contexto, os discursos presentes nas eleições de 2016 foram marcados não somente pela sua capacidade de produzir articulação, mas por meio do contingenciamento capaz de capitalizar o descontentamento, dando-lhe um nome e de modo a incentivar a convocação de indivíduos através de uma interpelação demarcada por uma própria leitura do acontecimento. Em que a propensão e ostensividade dos discursos conservadores, que surfam com o colapso da hegemonia petista, se não moldaram, influíram na decisão do voto. Principalmente no segundo turno, que de modo mais visível demonstraram a fragmentação discursiva nacional, com dois antípodas, um de esquerda liberal e outro de centro-direita conservadora, ambos produzindo agências reativas. Da mesma forma que o efeito Freixo na opção dos evangélicos, parece ter sido um limite para a adesão ao Crivella, que poderia ter funcionado como um anti-Freixo.

Em suma, os dados analisados nos permitem afirmar que, embora o sucesso eleitoral de Crivella em 2016 extrapole a questão religiosa, envolvendo aspectos sócio-políticos que incidiram sobre o Brasil e, de forma aguda, sobre a capital fluminense, o discurso de fundo religioso serviu como elemento mobilizador de afetos (Mouffe, 2015), traduzidos em adesão eleitoral ao candidato. Dessa forma, a vitória de Crivella, ainda que tenha se dado em um espaço mais conjuntural do que estrutural, parece se tornar uma tendência para as eleições majoritárias futuras, fórmula repetida inclusive na eleição presidencial de 2018. Neste novo cenário, candidaturas ao executivo prescindem da adesão da maioria do eleitorado, bastando a mobilização de uma parcela coesa e adimplente eleitoralmente, frente a um cenário de desmobilização de extensas fatias do eleitorado.

6. Referências Bibliográficas

- ABREU, M. A. (26 de outubro de 2016). *Rio 2016: Uma eleição de dois extremos?*. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Fonte: <
<https://revistaescuta.wordpress.com/2016/10/27/rio-2016-uma-eleicao-de-dois-extremos/>>. Acessado em: 14/02/2018.
- BURITY, J. A. *Religião, voto e instituições políticas: notas sobre os evangélicos nas eleições de 2002*. In: BURITY, J. A.; MACHADO, M. D. C. *Os Votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006.
- BURITY, Joanildo A. *Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau*. In: MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES, Léo P (Orgs). *Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.
- CARVALHO, Laura. *A Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia. 2018.
- FRESTON, Paul. “The political Evolution of Brazilian Pentecostalism, 1986-2000”. In: CORTEN, André e MARY, Andre. (orgs.), *Imaginaires politiques et pentecôtisme: Afrique et Amérique*, Paris, Karthala, 2000.
- GRACINO JUNIOR, Paulo. *A demanda por deuses: globalização, fluxos religiosos e culturas locais nos dois lados do Atlântico*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2016.
- GRACINO JUNIOR, Paulo et al. Confiança Institucional e Opinião Pública entre jovens religiosos na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: *Interseções – Revista de Estudos Interdisciplinares*, v. 20, p. 305-329, 2018.
- GRACINO JUNIOR, Paulo et al. Religiões públicas e demandas por reconhecimento: reflexões a partir dos dados da pesquisa com jovens participantes de movimentos religiosos de massa na cidade do Rio de Janeiro. *RELIGIÃO E SOCIEDADE*, v. 39, p. 122-151, 2019.
- HABERMAS, Jürgen. *Entre naturalismo e religião*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2007.
- _____. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- JACOB, César Romero et al. *A Geografia do Voto nas Eleições para Prefeito e Presidente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo: 1996-2010*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2012.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. Evangelicals and Politics in Brazil: the case of Rio de Janeiro. *Religion, State & Society*, v. 40, n. 1, mar. 2012a.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. *Política e Religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

- MARIANO, Ricardo; SCHEMBIDA, Rômulo Estevan de Oliveira. O Senador e o Bispo: Marcelo Crivella e seu Dilema Shakespeariano. *Interações: Cultura e Comunidade* (Faculdade Católica de Uberlândia), v. 4, p. 85-111, 2009.
- MOUFFE, Chantal. *Agonistics: thinking the world politically*. London: Verso, 2013
- _____. *Sobre o Político*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. São Paulo: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2003, v. 18, n. 53.
- ORO, Ari Pedro. *A Igreja Universal e a política*. In: BURITTY, Joanildo ; MACHADO, Maria das Dores Campos (Org.). *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Massangana, 2006.
- REZENDE, Gabriel S. A ordem dos fatores altera o produto? A vitória de Crivella nas eleições para o executivo Carioca de 2016. *Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR*, v. 5, n.1, 2017.
- REZENDE, Gabriel S. Crivella e a Igreja Universal: inserção no espaço público, estratégias e política eleitoral. *Rev. Sociologias Plurais*, v. 5, n. 1, p. 97-124, jul. 2019.
- REZENDE, Gabriel S. Religião, Voto e Participação Política: a vitória de Marcelo Crivella na disputa eleitoral carioca de 2016. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do IUPERJ/UCAM. Rio de Janeiro: IUPERJ/UCAM, 2018.
- ROCHA, Daniel. *Fim dos Tempos nos Estados Unidos: escatologia, fundamentalismo religioso e identidade nacional em Hal Lindsey e Tim LaHaye (1970- 1980)*. Tese Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.
- ROITMAN, Janet. “Crisis” In: *Political Concepts. A Critical Lexicon*. New York School for Social Research. 2012. Disponível em <http://www.politicalconcepts.org/issue1/crisis/>.
- ROSAS, Nina. “Dominação” evangélica no Brasil: o caso do grupo musical Diante do Trono. *Revista Contemporânea*. v. 5, n.2 p. 235-258 Jul.–Dez. 2015
- SINGER, André LOUREIRO, Isabel (Orgs.). *As contradições do Lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo Editorial, p. 185-219. 2016.
- SOUZA, André Ricardo. Os evangélicos nas eleições municipais. *Revista Correlatio*, n. 17, jun. 2010.